

PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS DE JOVENS DE UMA ESCOLA PÚBLICA QUANTO AO FUTURO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Gabriela Neves da Silva (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Roselania Francisconi Borges
(Orientadora). E-mail: rfborges@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento:

Psicologia/ Psicologia do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Juventudes; Construção da subjetividade; Educação e Trabalho.
Capitalismo.

RESUMO: O estudo buscou compreender os fatores que influenciam as perspectivas e expectativas de jovens de escola pública, especificamente no final do Ensino Médio, quanto ao seu futuro. Por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória, foram analisadas produções científicas, documentários, relatórios institucionais e dados estatísticos. A fundamentação teórica se baseou na Psicologia Sócio-Histórica, que permitiu compreender a construção das subjetividades em um contexto marcado por desigualdades estruturais, globalização e racionalidade neoliberal. Os resultados foram organizados em quatro eixos: caracterização das juventudes, contexto educacional, mercado de trabalho e condicionantes sócio-históricos. Identificou-se que as expectativas dos jovens não são uniformes e se estruturam a partir de suas condições sociais, econômicas, culturais e territoriais. O estudo destacou os impactos da pandemia de Covid-19 e das reformas educacionais na elaboração de projetos de vida. Conclui-se que, para promover expectativas mais equitativas, são necessárias políticas públicas intersetoriais que garantam condições de permanência escolar, acesso a oportunidades e valorização das juventudes como sujeitos de direitos.

INTRODUÇÃO

As conformações das juventudes refletem o atual panorama do Brasil, caracterizado pela globalização acelerada, diversas contradições sociais e manifestações de violência física e simbólica. Adicionalmente, os novos padrões emergentes nas relações interpessoais e intrapessoais também exercem influência na maneira como esses indivíduos se constituem e concebem seu futuro. Nesse sentido, este estudo buscou compreender as perspectivas e expectativas de jovens de escola pública, especificamente daqueles que estão concluindo o Ensino Médio, fase marcada por decisões cruciais relacionadas à possibilidade de dar continuidade aos estudos, inserção no mercado de trabalho ou outras formas de atuação social.

A escolha desse público se justifica por estes vivenciarem uma etapa de transição educacional em que as decisões individuais são condicionadas pelas oportunidades, ou limitações, sociais, econômicas e educacionais. O olhar sobre as juventudes pela abordagem sócio-histórica não se preocupa em investigar sua essência, mas sim, como ela se constitui historicamente. Isto porque, conforme posto

por Bock (1997), só é possível compreender os fatos a partir da totalidade em que foram produzidos, uma totalidade que os molda e lhes confere significado. Diante de tais panoramas, emergem questionamentos importantes, tornando-se preciso problematizar como as expectativas dos jovens estão sendo construídas em um contexto onde há intensas desigualdades sociais decorrentes do ideário neoliberal presente na sociedade de classes.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi realizada a partir de bibliotecas digitais de livre acesso, com ênfase na base SciELO (Scientific Electronic Library Online), utilizando as palavras-chave: “Juventudes, Trabalho”; “Juventudes, Capitalismo”; “Juventudes, Subjetividade”; e “Juventudes, Educação, Trabalho”. Ao todo, foram identificados 24 resultados que compuseram o corpus principal da análise bibliográfica.

Complementarmente, foram consideradas outras fontes relevantes para o aprofundamento da temática. Entre elas, destacam-se documentários, dados estatísticos e relatórios institucionais. Além disso, a fundamentação teórica contou com contribuições de autores da Psicologia Sócio-Histórica, cujas abordagens possibilitam a compreensão crítica dos processos de subjetivação no contexto social e histórico da juventude. A pesquisa também se caracterizou como qualitativa de cunho exploratório. Nesse contexto, o foco esteve na análise das construções subjetivas das juventudes, em suas relações pessoais, sociais, educacionais e profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreender as juventudes vai além de entendê-las como uma simples passagem de uma fase para outra. Da mesma forma, compreender as expectativas de futuro de jovens oriundos da escola pública exige, antes de tudo, reconhecer que a juventude não é uma categoria homogênea, mas uma construção social. Neste estudo, entende-se que devem ser destacadas as pluralidades do que significa ser jovem, as quais têm como base o meio social e são determinadas por fatores como classe social, território, gênero, raça e condições familiares. No contexto dessa pesquisa, entende-se que jovens de escolas públicas experienciam a juventude de maneira distinta daqueles que pertencem a outros contextos e territórios, em decorrência de diferentes pertencimentos e estratos sociais.

Reiteradamente, como apontam Frezza *et al.* (2009), as juventudes são reduzidas a um “problema social” a ser administrado pelo Estado, sobretudo quando vinculadas a programas que priorizam a empregabilidade e a formação técnica sem enfrentar as raízes estruturais da exclusão. Ao mesmo tempo em que são considerados “o futuro da nação”, são também rotulados, no presente, como “geração perdida” e estigmatizados como desinteressados, que não querem nem estudar, nem trabalhar (Frezza, *et al.*, 2009).

Esses discursos, entretanto, desconsideram que as oportunidades de estudo e de acesso ao chamado “sucesso profissional” não estão distribuídas de forma igualitária na sociedade. Não existem vagas suficientes em instituições de ensino superior, nem ofertas de emprego qualificado para abarcar todos os jovens do país. Como resultado, o caminho dos estudos e do “sucesso profissional” torna-se uma utopia para inúmeras pessoas que permanecem excluídas da possibilidade de concretizar o sonho de uma vida diferente (Frezza *et al.*, 2009).

No campo da educação, embora a escola continue sendo associada à possibilidade de ascensão e à elaboração de projetos de vida, esses espaços enfrentam dificuldades em garantir não só o acesso, mas, principalmente, a permanência e a atribuição de sentido para os estudantes. Políticas de incentivo, como o Programa Pé-de-Meia do Governo Federal, que deveriam assegurar esse direito, acabam sendo utilizadas pelos jovens para suprir necessidades básicas, o que evidencia a ausência ou fragilidade de outras políticas capazes de dar suporte à vida de forma integral. Essa fragilidade, por sua vez, reforça uma lógica meritocrática, na qual a responsabilidade pela permanência, frequência mínima e desempenho satisfatório recai sobre os próprios jovens, enquanto as barreiras que atravessam suas trajetórias permanecem invisibilizadas.

A implementação do Novo Ensino Médio também se mostrou limitada, apesar de o discurso oficial enfatizar o protagonismo estudantil. Um dos principais apontamentos das pesquisas é a lógica que orienta a reforma, centrada nos itinerários formativos, que parte do pressuposto de que todos os jovens possuem as mesmas condições para escolher seu futuro, ignorando completamente os marcadores sociais. A promessa de liberdade de escolha entra em conflito com as realidades vividas por grande parte dos estudantes da escola pública, que enfrentam precariedade material, baixa oferta de componentes curriculares diversificados e falta de orientação adequada para a tomada de decisão. Assim, observa-se tanto o esvaziamento dos conteúdos da escola quanto a configuração de um novo mecanismo de exclusão.

Outro ponto refere-se ao trabalho, já que parte dos jovens das classes populares nele ingressa desde cedo, não por livre escolha, mas pela necessidade de contribuir para a renda familiar ou garantir a própria sobrevivência. Entretanto, essa entrada precoce envolve precarização, informalidade e ausência de direitos, evidenciando o modelo de “uberização” do trabalho, que individualiza e desregulamenta os vínculos. Nessa realidade, a conciliação entre estudo e trabalho dificulta-se, gerando sobrecarga física e emocional, cansaço e falta de tempo para o lazer e/ou descanso.

O tempo da escola e o tempo do trabalho entram em disputa, comprometendo o rendimento escolar e, em muitos casos, levando ao fracasso escolar e à evasão. Apesar disso, discursos institucionais ainda tendem a responsabilizar os jovens por não corresponderem às expectativas impostas, reproduzindo estigmas como a suposta falta de preparo. Logo, não se trata de emancipação: a inserção laboral funciona como exigência imediata de sobrevivência, o que, por sua vez, tensiona os projetos de futuro.

Ao analisar os condicionantes sócio-históricos, constata-se que as expectativas de futuro elaboradas pelos jovens não são escolhas isoladas, mas frutos de atravessamentos mais amplos. O território onde vivem, a classe social, o gênero, a raça, bem como as políticas públicas implementadas ou ausentes, constituem elementos que determinam decisivamente suas trajetórias. Embora as oportunidades não sejam as mesmas para todos, tais condicionantes não devem ser compreendidos como fatores que definem de maneira absoluta o destino dos jovens, tampouco como responsabilidade individual deles superar tais barreiras. Trata-se de compreender que, embora esses contextos imponham desigualdades reais, os jovens também constroem estratégias e resistências possíveis, que não podem ser reduzidas a um retrato caricato de vulnerabilidade ou de falta de iniciativa.

Cabe salientar a pandemia de Covid-19, que evidenciou o que já era preexistente ao expor a vulnerabilidade de amplos setores juvenis. O ensino remoto, a exclusão digital e a precariedade das condições de vida transformaram a escola, para muitos, em um espaço de ausência e não de estabilidade, desorganizando as concepções de futuro. Ainda assim, mesmo diante da negligência estatal e da lógica neoliberal, os jovens demonstraram formas de resistência e protagonismo, seja na

atuação em coletivos culturais, religiosos ou políticos, seja nas manifestações contra o Novo Ensino Médio, nas quais reivindicaram o direito de serem escutados e de participar das decisões que os afetam diretamente. Tais movimentos confirmam que, embora as juventudes sejam constantemente invisibilizadas como sujeitos políticos, seguem produzindo sentidos e elaborando práticas de futuros possíveis.

Por fim, não se trata de reduzir as expectativas às opções disponíveis ou aos discursos que circulam sobre as juventudes, o que se impõe é compreender de onde esse querer é produzido, quais experiências o constituem, quais limites sociais e históricos o delimitam, quais estratégias concretas o sustentam e quais brechas o tornam possível. Perguntar o que os jovens querem é insuficiente, pois desconsidera que esse querer já nasce situado em um contexto delimitado. O que está em jogo não é saber se os jovens terão êxito ou fracasso em seus projetos, mas como o próprio horizonte de possibilidades é configurado socialmente: quem pode sonhar com determinadas profissões, quem é impelido a antecipar o ingresso no trabalho, quem tem tempo e espaço para elaborar escolhas. É nesse caminho que se torna urgente pensar as juventudes como sujeitos em constante disputa pelo direito de pensar e concretizar seus futuros.

CONCLUSÕES

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa foi compreender as perspectivas e expectativas de jovens de escola pública em relação ao futuro, percebe-se que essas construções subjetivas são expressões de um cenário brasileiro em que há a precarização do trabalho, fragilidade das políticas públicas, desigualdade no acesso e permanência na escola e, mais recentemente, os efeitos da pandemia. Apesar disso, é possível reconhecer que, mesmo em condições adversas, os jovens se mobilizam e elaboram projetos, ainda que permeados de incertezas e adversidades.

Como limite, destaca-se o caráter bibliográfico da pesquisa, que restringe a análise ao campo das produções documentais. Torna-se indispensável que estudos a respeito sejam capazes de tensionar os discursos hegemônicos que ainda reduzem os jovens a ameaças à ordem social. Assim, refletir sobre as expectativas das juventudes é também refletir sobre a sociedade que se tem e sobre aquela que se quer construir. As juventudes, quando reconhecidas como sujeitos de direito e de transformação, apontam para a possibilidade de futuros mais dignos.

AGRADECIMENTOS

À orientadora, Prof^a. Dr^a. Roselania Francisoni Borges, pelos ensinamentos. À Fundação Araucária, pelo financiamento.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G.M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 15-35.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009. Disp. em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/cmPPmPBbj6mS3Tnpnnyg3gD/?format=html&lang=pt>.
Acesso em 06 de ago. 2025.